



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO TC-10080/15

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. PENSÃO.
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, concede-se registro ao ato de pensão por entendê-lo legal.

ACÓRDÃO AC1-TC 03205/15

01. Origem: Instituto de Previdência do Município de Santa Rita

02. Nome do Beneficiário: Maria José da Silva

Pensão Vitalícia

03. Servidor falecido:

3.1. Nome: Alexsandro José da Silva

3.2. Cargo: Vigia

3.3. Matrícula: 0051585

3.4. Lotação: Secretaria de Educação do Município

04. Caracterização da Pensão:

4.1. Autoridade responsável: Superintendente do IPREV

4.2. Data da Publicação: Diário Oficial Eletrônico N° 295, de 26 de janeiro de 2015.

05. Relatório da DIAPG: A auditoria não encontrou inconformidades no processo, razão pela qual sugere o registro do ato concessório de pensão, formalizado pela portaria n° 005/2015, de fl. 38.

06. Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (MPjTC): Oralmente, na presente sessão, opinou pela legalidade do ato concessório da pensão, e por conceder-lhe o competente registro.

07. Voto do Relator: Pela regularidade do cálculo efetuado pelo órgão de origem, legalidade do ato concessório da pensão e emissão do respectivo registro.

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade do cálculo e legalidade do ato da pensão, à fl.38, em nome de **Maria José da Silva**, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa
João Pessoa, 13 de agosto de 2015.

Conselheiro **Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**
Presidente e Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE